

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.318 - SC (2018/0327174-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : JONATAS ELISEU FAGUNDES
ADVOGADOS : LAURINHO ALDEMIRO POERNER - SC004845
MICHAEL P WOICIECHOVSHI - SC018256
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JONATAS ELISEU FAGUNDES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual concedeu a ordem, reconhecendo a prescrição da pretensão executória em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE CONDENADO PELA PRÁTICA DOS DELITOS PREVISTOS NO ART. 180, CAPUT, DO CP, E ART. 244-B, CAPUT, DO ECA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. MATÉRIA AFETA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANÁLISE DE PROVAS PRESCINDÍVEL. EXECUÇÃO DA PENA NÃO INICIADA ATÉ OS DIAS ATUAIS. ENTENDIMENTO PACIFICADO NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E REFORÇADO A PARTIR DA DECISÃO DO PLENÁRIO DO STF NO JULGAMENTO DO HC 126.292. PRETENSÃO EXECUTÓRIA QUE TEM INÍCIO COM A CONFIRMAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO COM RESSALVA DOS JULGADOS ANTERIORES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM CONCEDIDA.

- Conforme posição pacificada pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça a contagem do prazo da prescrição da pretensão executória tem início com o trânsito em julgado para a acusação, nos termos do inciso I do artigo 112 do Código Penal.

- Essa alteração de entendimento, com ressalva dos julgados anteriores, mostra-se pertinente sobretudo após a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal nos autos do HC 126.292, que autoriza a execução da sentença penal condenatória a partir de sua confirmação em segunda instância, fazendo nascer a pretensão executória que outrora somente tinha início após o trânsito em julgado do

édito condenatório.

- Parecer da Procuradoria-Geral de Justiça pela denegação da ordem.

- Ordem conhecida e concedida (fls. 154).

Os embargos de declaração foram rejeitados nos termos do acórdão de fls. 180/189.

No presente recurso, sustenta a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva antes da executória.

Requer, assim que “*seja provido o reclamo, reformando o acórdão para fazer consignar o reconhecimento da PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA e não executória, por ser de justiça*”.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso, conforme parecer de fls. 194/197.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o *habeas corpus*, bem como o recurso ordinário em *habeas corpus*, se destina a preservar unicamente a liberdade ambulatorial da pessoa física contra lesão ou ameaça de lesão decorrente de ato .

No caso em análise, o paciente já teve reconhecida a extinção da punibilidade, não tendo logrado demonstra em que consistiria o risco à sua liberdade de locomoção. Logo, incabível o recurso em *habeas corpus*.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. ART. 302, CAPUT, DA LEI N.º 9.503/97. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE JULGOU PREJUDICADO O WRIT. PUNIBILIDADE EXTINTA PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES PENAIAS, COM BASE NA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INEXISTÊNCIA DE AMEAÇA DE COAÇÃO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO DO EMBARGANTE. SÚMULA N.º 695/STF. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Declarada extinta a punibilidade do Embargante pela prescrição da pretensão executória, desconstitui-se a ameaça de violência ou coação à sua liberdade de locomoção, restando prejudicado o pedido veiculado no writ. Incidência da Súmula n.º 695/STF.

2. O real objetivo do Embargante é conferir efeitos

modificativos aos presentes embargos, visando revisão do julgamento, pretensão que não se coaduna com a via eleita, que tem a finalidade de sanar eventual omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, inexistentes na espécie.

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no HC 217.468/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 27/09/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CRIME MILITAR. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. CONCESSÃO DE INDULTO. EFEITOS EXTRAPENAIIS. PREJUDICIALIDADE DA IMPETRAÇÃO. SÚMULA 695 DO STF. PERDA DE OBJETO.

1. O cumprimento integral da pena é causa de prejudicialidade da impetração, independentemente da tese defendida, pois ausente risco remanescente à liberdade de locomoção, nos termos do que dispõe a súmula 695 do STF.

2. Impossibilidade do recebimento do presente writ como revisão criminal de julgamento final não proferido por esta Corte (art. 105, I, "e", da CF).

3. Agravo Regimental improvido (AgRg no HC 303.589/SE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 20/08/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator